

**PARECER HOMOLOGADO**  
**Portaria nº 557, publicada no D.O.U. de 2/8/2022, Seção 1, Pág. 103.**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Sociedade Universitária Redentor S.A.		<b>UF:</b> RJ
<b>ASSUNTO:</b> Descredenciamento voluntário da Faculdade Redentor de Campos (FACREDENTOR), com sede no município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro.		
<b>RELATOR:</b> José Barroso Filho		
<b>PROCESSO Nº:</b> 23000.033435/2021-79		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> 279/2022	<b>COLEGIADO:</b> CES	<b>APROVADO EM:</b> 6/4/2022

## I – RELATÓRIO

O presente processo, protocolado no sistema SEI sob o nº 23000.033435/2021-79, tem como requerimento o descredenciamento voluntário com a extinção de todos os cursos superiores da Faculdade Redentor de Campos (FACREDENTOR), código e-MEC nº 14342. A Instituição de Educação Superior (IES), com sede na Rua Doutor Beda, nº 112, bairro Turf Club, no município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, é mantida pela Sociedade Universitária Redentor S.A., código e-MEC nº 1671.

Abaixo, a Nota Técnica nº 23/2022/CGCIES/DIREG/SERES/SERES traz a análise do procedimento administrativo para o descredenciamento voluntário, diante das razões expostas pela requerente:

[...]

### *RELATÓRIO*

1. Trata o presente processo de solicitação de descredenciamento voluntário da Faculdade Redentor de Campos - FACREDENTOR (cód. 14342), a ser realizado sob a forma de aditamento ao seu ato de Credenciamento, nos termos do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

2. A aludida IES, mantida pela Sociedade Universitária Redentor S.A. (cód. 1671), foi credenciada pela Portaria MEC nº 10 (3126969), de 6 de janeiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União em 9 de janeiro de 2012.

3. Há, em nome da mantenedora acima citada, outras IES sob sua manutenção.

4. De acordo com o sistema e-MEC, a IES tinha como sede o município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Seu campus era baseado na Rua Doutor Beda, nº 112, bairro Turf Club, e ofertava os seguintes cursos:

Curso	Código do curso	Situação	Ato autorizativo
Administração, bacharelado	1102269	Em extinção	Portaria SRES/MEC nº 5, de 24/01/2012 (3126972)
Direito, bacharelado	1187051	Em extinção	Portaria SRES/MEC nº 538, de 21/07/2015 (3126972)
Enfermagem, bacharelado	1102266	Em extinção	Portaria SRES/MEC nº 5, de 24/01/2012 (3126972)

<i>Engenharia Civil, bacharelado</i>	1100269	<i>Em extinção</i>	<i>Portaria SRES/MEC nº 5, de 24/01/2012 (3126972)</i>
<i>Engenharia de Produção, bacharelado</i>	1102265	<i>Em extinção</i>	<i>Portaria SRES/MEC nº 5, de 24/01/2012 (3126972)</i>
<i>Engenharia Mecânica, bacharelado</i>	1187052	<i>Em extinção</i>	<i>Portaria SRES/MEC nº 171, de 13/03/2014 (3126980)</i>
<i>Marketing, tecnológico</i>	1102263	<i>Em extinção</i>	<i>Portaria SRES/MEC nº 5, de 24/01/2012 (3126972)</i>
<i>Nutrição, bacharelado</i>	1102256	<i>Em extinção</i>	<i>Portaria SRES/MEC nº 5, de 24/01/2012 (3126972)</i>
<i>Serviço Social, bacharelado</i>	1102267	<i>Em extinção</i>	<i>Portaria SRES/MEC nº 5, de 24/01/2012 (3126972)</i>

5. A solicitação de descredenciamento voluntário está formalizada no Ofício nº 026/SUR/FR/2021 (3041491), de 14 de dezembro de 2021, constante dos autos em comento.

#### ANÁLISE

6. Os pedidos de aditamento ao ato autorizativo, inclusive aqueles referentes ao descredenciamento voluntário, são regidos pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e pela Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada em 3 de setembro de 2018.

7. O Decreto nº 9.235/2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, de supervisão e de avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, estabelece em seu art. 12, o que segue:

*Art. 12. As modificações do ato autorizativo serão processadas na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento de IES, autorização, reconhecimento ou renovação de reconhecimento, conforme regulamento a ser editado pelo Ministério da Educação.*

*§ 1º Os seguintes aditamentos dependem de ato prévio editado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação:*

*I - aumento de vagas em cursos de graduação ofertados por faculdades;*

*II - aumento de vagas em cursos de graduação em Direito e Medicina ofertados por centros universitários e universidades, observado o disposto no art. 41;*

*III - extinção voluntária de cursos ofertados por IES sem autonomia;*

***IV - descredenciamento voluntário de IES ou de oferta em uma das modalidades; (grifo nosso)***

*V - unificação de IES mantidas por uma mesma mantenedora; e VI - credenciamento de campus fora de sede.*

8. No mesmo sentido, dispõe o art. 75 da Portaria Normativa nº 23/2017:

*Art. 75. O pedido de descredenciamento voluntário de IES, acompanhado da extinção de todos os seus cursos, tramitará como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento e será processado mediante análise documental, ressalvada a necessidade de avaliação in loco apontada pela SERES, após a apreciação dos documentos.*

9. *Impõe o art. 76 da aludida Portaria Normativa nº 23/2017 que o pedido de descredenciamento voluntário está vinculado à comprovação, por parte da IES, do encerramento da oferta de todos os cursos, da inexistência de pendências acadêmicas de estudantes, da emissão da totalidade dos diplomas e certificados, bem como da transferência de alunos, se for o caso, aliado à necessidade de organização do acervo acadêmico.*

10. *Em análise aos documentos inseridos nos autos, corrobora-se que a IES procedeu com todos quesitos dispostos acima, em franco atendimento ao dispositivo supracitado, declarando serem verdadeiras, exatas e fidedignas as informações, sob pena do representante legal da mantenedora responder nos termos da legislação civil e penal.*

11. *Ademais, o descredenciamento voluntário deve ser processado mediante a análise dos documentos listados no art. 77 da Portaria Normativa nº 23/2017, abaixo elencados:*

*I. Requerimento de descredenciamento voluntário, formalizado pelo dirigente da mantenedora da instituição de ensino;*

*II. Cópia do último edital de processo seletivo da instituição;*

*III. Declaração assinada pelo dirigente máximo da instituição, com firma reconhecida, firmando os seguintes compromissos:*

*a) responsabilização pela guarda do acervo documental de estudantes, de cursos e da IES até a finalização do processo, bem como pela entrega do acervo, organizado na forma disciplinada no Capítulo II, Seção VIII, da Portaria Normativa MEC nº 22, de 21 dezembro de 2017, à instituição sucessora;*

*b) indicação de IES sucessora para entrega do acervo acadêmico, com apresentação de termo de aceite firmado por seu representante legal; e*

*c) comprovação de encerramento ou inexistência de pendências junto a programas do MEC vinculados aos cursos, tais como o Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI).*

12. *No que concerne ao rol de documentos acima elencado, a IES forneceu à SERES os documentos necessários à devida análise do pleito. Nesta esteira, no que tange especificamente a respeito do acervo acadêmico, questão explicitada no inciso III, “b”, acima elencado, e ressaltando a razoabilidade e os efeitos jurídicos produzidos no decorrer da instrução processual, inferimos que as informações e os documentos apresentados pela IES nos autos (documentos 3041492 e 3041495) estão em sintonia com as imposições expressas no art. 58 do Decreto nº 9.235/2017 e preenchem os pressupostos dos arts. 76 e 77 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, haja vista estar presente nos autos Termo de Aceite de Guarda do Acervo Acadêmico assinado por representante do Centro Universitário Redentor (cód. 2571).*

13. *Em atendimento ao art. 79, §1º, da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, destacamos que há processos regulatórios referentes à IES em trâmite no sistema e-MEC, conforme o comprovante anexo (3126985).*

14. *Por fim, caso não haja divergência de entendimento entre esta Secretaria e o Conselho Nacional de Educação sobre a presente matéria, cabe ressaltar que o presente processo se amolda aos termos con dos no PARECER REFERENCIAL n. 00004/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU (3126987), da Consultoria Jurídica junto ao*

*Ministério da Educação, e não há necessidade de envio dos autos àquele órgão setorial da Advocacia-Geral da União (AGU).*

### **CONCLUSÃO**

*15. Ante o acima exposto, com fundamento no Decreto nº 9.235, de 15/12/2017, bem como nos termos do art. 80 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, republicada em 03/09/2018, esta Coordenação-Geral de Credenciamento das Instituições de Educação Superior - CGCIES/DIREG/SERES/MEC é de parecer favorável ao descredenciamento voluntário da Faculdade Redentor de Campos FACREDENTOR (cód. 14342) e, em decorrência, à extinção dos cursos de Administração, bacharelado; Direito, bacharelado, Enfermagem, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado; Engenharia de Produção, bacharelado; Engenharia Mecânica, bacharelado; Marketing, tecnológico; Nutrição, bacharelado; e Serviço Social, bacharelado, da FACREDENTOR, apontando ainda que o Centro Universitário Redentor (cód. 2571) será responsável pela organização e manutenção do acervo acadêmico da IES descredenciada.*

*16. Sugere-se, em seguida, conforme disposto no art. 81 da Portaria Normativa MEC nº 23/2017, o encaminhamento do processo à Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação - CNE, para análise e deliberação acerca do descredenciamento voluntário.*

### **Considerações do Relator**

Na conclusão da supracitada Nota Técnica foi proposto o acolhimento dos pedidos formulados pela requerente. Diante disso, acompanho a manifestação contida no documento mencionado e submeto à Câmara de Educação Superior (CES) deste Órgão Colegiado o voto abaixo.

### **II – VOTO DO RELATOR**

Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Redentor de Campos (FACREDENTOR), com sede na Rua Doutor Beda, nº 112, bairro Turf Club, no município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade Universitária Redentor S.A., com sede no município de Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017.

Neste mesmo ato, determino que o Centro Universitário Redentor ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Redentor de Campos (FACREDENTOR).

Brasília (DF), 6 de abril de 2022.

Conselheiro José Barroso Filho – Relator

### **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.  
Sala das Sessões, em 6 de abril de 2022.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Presidente

Conselheira Marília Ancona Lopez – Vice-Presidente